

chave geral

Jornal do Sindieletro-MG - Filiado à CUT

Edição Nº 883 - De 30/07/2018 a 06/08/2018

www.sindieletromg.org.br

facebook.com/sindieletro

Sindieletro 67 anos

25/07/1951 - 25/07/2018

Passado e presente de luta: à esquerda, passeata na Av. Amazonas, no ano 2000, durante Campanha Salarial. À direita, na mesma avenida, Greve Geral, em 2017, contra as reformas do governo golpista.

O Sindieletro completou 67 anos no dia 25, mas os parabéns vão para todos os eletricitários e eletricitárias que construíram, com muita luta, um dos maiores sindicatos do país.

Temos orgulho de ser referência na batalha em defesa dos direitos da classe trabalhadora, por uma sociedade justa, por uma empresa que zele por seus trabalhadores (as), pela qualidade do serviço prestado à população.

O Sindieletro é vanguarda, é um Sindicato cidadão, justamente porque é formado por homens e mulheres que jamais desistem de lutar por um mundo melhor. Pela ampliação das conquistas da classe trabalhadora.

Por isso, enfrentamos e vencemos os

anos de chumbo da Ditadura Militar, reconquistamos a democracia, ampliamos direitos, impedimos a privatização da Cemig, as tentativas de retirada de direitos, entre tantas outras conquistas.

Hoje, ampliamos a nossa atuação e negociamos com mais de 40 empresas do setor elétrico mineiro. Sabemos que a categoria eletricitária mudou, que temos desafios pela frente. Mas seguimos a nossa caminhada com firmeza e convicção, pois sabemos que o nosso DNA combativo e guerreiro continua o mesmo.

Não à toa, carregamos vida, trabalho e dignidade na nossa bandeira. Não à toa, somos eletricitários, somos **Sindieletro!**

Sindieletro obtém vitória em ação que cobra revisão na base de cálculo de horas extras

Em Acórdão publicado no dia 12 de julho, Justiça do Trabalho reconhece pedido do Sindicato e amplia condenação da Cemig

O Departamento Jurídico do Sindieletro obteve uma importante vitória na ação que requer da Cemig o pagamento de horas extraordinárias sobre parcelas salariais não consideradas pela empresa. Em segunda instância, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 3ª Região negou integralmente um recurso apresentado pela estatal que questionava o pedido do Sindicato.

Além disso, o TRT ampliou a condenação da Cemig ao dar provimento a um recurso apresentado pelo Sindieletro, condenando a empresa ao pagamento de reflexo de horas extras nas contribuições da Forluz e à mudança no índice de correção do débito de Taxa Referencial de Juros (TR) para o Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Em 2017, o IPCA-E teve variação de 2,93%, enquanto a TR, que é usada, por exemplo, para corrigir o saldo do FGTS, acumulou 0,60% no ano.

Gestão irresponsável

Com a recente decisão sobre o recurso, o valor da condenação da Cemig aumentará consideravelmente. Para o Sindieletro, essa é mais uma constatação do caos em que se transformou a gestão da empresa em todos os aspectos. Ao invés de negociar com o Sindicato, cumprir o que está previsto no nosso Acordo Coletivo e promover uma política de RH justa e inclusiva, ouvindo os trabalhado-

res, a gestão da Cemig prefere a intransigência e aposta no litígio. E o prejuízo para a sociedade, que é quem paga essa conta, cresce a cada dia.

Execução provisória

Na terça-feira, 24/07, o Departamento Jurídico do Sindicato solicitou à Justiça a execução provisória da ação. A decisão do juiz deve ser publicada nas próximas semanas e, caso o pedido seja acatado, iniciaremos o levantamento dos trabalhadores e trabalhadoras que têm direito ao crédito em questão.

Por isso, solicitamos aos eletricitários (as) que aguardem um novo comunicado do Sindieletro nas próximas semanas sobre o andamento da ação.

Relembre o caso

Na decisão em primeira instância, a Justiça do Trabalho já havia condenado a empresa a incluir no cálculo das horas extras o anuênio, escala de revezamento, gratificação de linha viva, gratificação por substituição, função acessória, a Maria Rosa, gratificação de função, o adicional de periculosidade, insalubridade e adicional noturno, com reflexo inclusive sobre as férias proporcionais, indenizadas, vencidas, sobre o abono de férias, sobre o aviso prévio, no FGTS, PLR e sobre as indenizações dos programas de desligamento voluntários (PDVs).

Quem terá direito?

No caso dessa ação, os eletricitários e eletricitárias que farão jus ao recebimento das diferenças serão aqueles que:

- 1) Estejam na base do Sindieletro/MG;
- 2) Receberam hora extra a partir de 07/12/2010;
- 3) Estejam com contrato de trabalho em vigor ou o tenham rescindido após 07/12/2013, marco prescricional da ação.

Foto: Benedito Maia



Eletricistas realizam manobra durante plantão:

Sindicato cobra convocação **IMEDIATA** de aprovados em concurso

A Cemig divulgou no início de julho o resultado do concurso para o preenchimento de 109 vagas em vários cargos de níveis técnico e superior. O resultado do concurso foi publicado no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 13 deste mês. Porém, até o momento, os melhores classificados não foram chamados para compor o quadro de pessoal da empresa.

O Sindieletro cobra da Cemig a contratação imediata daqueles que conquistaram a vaga de emprego. O número de vagas disponibilizadas é muito pouco e está muito longe da reivindicação de anos da categoria eletricitária, que é a primarização das atividades fim com a reposição do quadro de pessoal ao mesmo nível dos anos 90. Assim, é necessário realizar concurso para a admissão de milhares de trabalhadores para o quadro operacional.

O número de vagas disponibilizadas também é inferior ao que foi garantido no ACT 2015/2016, em cláusula que a Cemig se comprometeu a realizar concurso para contratar cerca de 400 eletricitários.

Concursado critica demora em convocação

Para quem fez o concurso e aguarda ser chamado, a ansiedade é grande para trabalhar na Cemig. Um dos classificados, para o cargo de eletricista, disse que a empresa, com o seu silêncio, deixa dúvidas sobre a sua intenção. “Precisamos do emprego e está parecendo que a empresa fez concurso só para quadro de reserva. Sei que a Cemig está tomada pela terceirização, e que isso gera problemas no atendimento e muita insatisfação de consumidores. A necessidade de mais traba-

lhadores é urgente e já há pessoas aguardando, devidamente concursadas”, destacou.

O eletricista demonstrou conhecimento sobre as condições de trabalho e a terceirização na Cemig, e tem consciência de que o Sindicato é forte e está cobrando a reposição do quadro de pessoal.

“O Sindieletro está correto ao denunciar as condições precárias de trabalho e a terceirização que mata e mutila trabalhadores. É urgente repor o quadro próprio, a segurança será melhor, as condições de trabalho dignas. Estou pronto para trabalhar na Cemig e dar o meu melhor”, afirmou.

SILÊNCIO DA CEMIG

O Sindieletro procurou o RH/RT (Gerência que trata das demandas sindicais) e a área de concursos do RH, cobrando informações sobre quando os classificados para as vagas disponíveis serão chamados e o motivo da Cemig não ter ainda convocado os novos trabalhadores. Apesar de vários telefonemas e e-mail encaminhado, até o fechamento desta edição não obtivemos resposta.

Sabe o que falta para reforçar nossa luta?

Você.

Filie-se ao Sindieletro. O Sindicato que há 67 anos sempre esteve à frente das lutas em defesa da categoria eletricitária e da classe trabalhadora.

Juntos somos sempre mais fortes!



Acesse www.sindieletromg.org.br
ou ligue para (31) 3238-5000.

SINDIELETRO-MG
Filiado à CUT



AMEAÇAS E DISCRIMINAÇÃO CONTRA A EQUIPE DE REDE SUBTERRÂNEA

DENTRO E FORA DAS GALERIAS

O Sindieletrô recebeu graves denúncias de trabalhadores da Rede Subterrânea que atuam na gerência MD/MM, na base Itambé, em Belo Horizonte. As denúncias envolvem uma gestão que impõe discriminação, pressão por produtividade sobre a equipe de Média Tensão, privilégio para alguns setores e outras equipes, e até solicitação para que os eletricitistas lavem equipamentos de proteção individual (EPI) que

deveriam ser descartados.

Pelas regras de segurança, as luvas de vaqueta, usadas para acionar registros e operações mais pesadas da equipe da RDS, devem ser descartadas após o contato com óleo de transformador, que é tóxico. Mas o Sindicato foi informado que o engenheiro responsável, Kildary de Melo Paula, chegou a orientar que as luvas deveriam ser lavadas e reaproveitadas pela equipe.

Um eletricitista conta

que, quando faltou esse EPI, o coordenador (Kildary de Melo Paula) disse que a falta era por conta do descarte. Felizmente, ninguém aceitou adotar uma medida fora da Instrução Técnica. Depois da recusa, o engenheiro teria pedido para que a equipe de Média Tensão andasse com álcool na caminhonete para limpeza da luva, e, inclusive, entrasse com ela nas câmaras fechadas, espaço com alto risco de explosão.



Perseguição e cobranças sem sentido

Apesar de todo o trabalho ser feito em equipe, eletricitistas denunciam que o engenheiro responsável cobra produção individual de quem atua em campo e de forma discriminatória. A situação se torna ainda pior, por conta do comportamento do engenheiro gestor (e até de supervisor) ao cobrar produção: “Kildary de Melo trata os trabalhadores de forma discriminada, com perseguições contra vários eletricitistas da Rede Subterrânea que vão a campo. No escritório, o comportamento dele é diferente, lá o trabalho flui tranqüilo, sem pressão e perseguições. Os eletricitistas que “ralam” nas galerias são submetidos a chamadas de atenção e julgamentos sem

critérios claros e justos”.

De acordo com as informações, há cinco equipes da RDS, mas a que está na mira da chefia com discriminação e pressão por produtividade é a da Média Tensão (MT). Um eletricitário da área critica que é duro e muito injusto constatar que nem todos são tratados igualmente pelo gestor, o que criou uma divisão entre os trabalhadores: há os que são humilhados e excessivamente cobrados, enquanto outros, geralmente os que desempenham, informalmente, o papel de supervisão no setor administrativo, são poupados. “Queremos o mesmo tratamento de respeito para todos, sem perseguição”, destacou um eletricitário.

Ainda segundo relatos, a cobrança em cima da equipe de MT por produtividade é muito maior do que a de outros setores da RDS e até da própria Cemig, no Estado, sem que os eletricitários tenham conhecimento das metas ou controle sobre a sua produção.

Um eletricitista destaca o mal estar provocado por comparações que o engenheiro costuma fazer da produtividade da equipe do quadro próprio com empreiteiras. “Várias vezes somos nós que corrigimos os problemas nas intervenções feitas pela empreiteira. O engenheiro deveria estar preocupado com os prejuízos que a Cemig e a população têm com o retrabalho”.

E TEM MAIS GROSSERIAS...

Recentemente, uma equipe fez um serviço de ligação provisória numa ocupação no Centro de BH com a presença de um superintendente da Cemig, que gostou do serviço e pediu ao engenheiro responsável que elogiasse a equipe na reunião de segurança. “O engenheiro passou o recado, porém, disse para a gente pegar como exemplo de motivação o pessoal lá da ocupação, que não tem emprego e nem onde morar. Que deveríamos ser gratos e não reclamar e, infelizmente, a Cemig só tem isso a oferecer agora e quem não está satisfeito pode procurar outras alternativas, fazer outro concurso”, desabafa um eletricitista.

Outra informação é que, a produção é medida pelo número de Unidade de Serviço (US) e, “por isso, quem fica no escritório não é cobrado”. “Os chefes da Rede Subterrânea são tão despreparados

que mostram os números de nossa produção para quem quiser ver”, denuncia um eletricitista. Além disso, é o supervisor o responsável por dar baixa na Unidade de Serviço e contabilizar a produção, mas ocorre que essa baixa pode ser feita também por eletricitista que está no escritório, ou pelo técnico. E, muitas vezes, a US nem é validada e assinada pelos responsáveis.

Há ainda determinação para que trabalhadores atuem como supervisores ou com status semelhante, com carta branca, sem preparo profissional ou critérios claros para exercer a função. Um trabalhador da RDS conta que tem eletricitista III cobrando de eletricitista I ou II, o que causa impacto na avaliação de desempenho. “Essa pressão desmotiva ótimos profissionais que desistem do setor e pedem transferência”, diz o eletricitista.

Remuneração **sem critério**

A equipe questiona também a falta de critérios da gestão para horas extras e sobreaviso. Criou-se a situação discriminatória e muito constrangedora que divide os trabalhadores: uns realizam horas extras, tranquilamente, com compensação. Outros são criticados e cobrados quando fazem e compensam.

No sobreaviso, um trabalhador diz que pessoas são escolhidas a dedo, e citou um exemplo de injustiça: “Eles precisavam de quem possui carteira D. Vários trabalhadores se dispuseram a tirar a carteira D, mas foram preteridos em função de outras pessoas, à escolha deles, para fazer sobreaviso. Ou seja: as pessoas se colo-

cam à disposição e aí eles mandam outros tirarem carteira no lugar? Que gestores são esses?”

Outra denúncia é que, se gastam muito com hora extra, fazem corte no sobreaviso. Mas continuam os casos de excesso de horas extraordinárias sem necessidade. “Pedimos explicação ao engenheiro e supervisores, mas deram a entender que ‘os bons de serviço’ são convocados, em mais um tratamento diferenciado. Tem gente com ótima avaliação de desempenho que não é escalada para sobreaviso. Falta democracia e muita gente não é vista e nem lembrada por quem deveria motivar a equipe e

garantir um ambiente de trabalho saudável”.

A decisão dos gestores de direcionar as horas extras para grupos de trabalhadores já foi, inclusive, denunciado na Ouvidoria da Cemig, mas nenhuma providência foi tomada.

Outro electricista reclama da falta de revezamento nas atividades. “Existem várias equipes, mas somente uma está fazendo o serviço de campo, sobrecarregada com tantas demandas para atender, dentro da jornada. Porém, na hora da necessidade de horas extras e sobreaviso, a equipe de campo é cortada. Isso é discriminação da coordenação. Cobramos tratamento justo e respeitoso”, denuncia outro trabalhador.



SEGURANÇA EM RISCO

A segurança dos trabalhadores que precisam se deslocar também está na corda bamba. Uma Montana que estava com freio de mão estragado continuou sendo usada mesmo após identificado o problema. Em reunião da CIPA, o setor de manutenção da RDS avisou sobre o defeito e foi informado que já estava aberto um chamado para o conserto. Mas se constatou que, até o chamado ser atendido, a Montana rodou.

Uma Iveco sem luz de ré rodou com o problema, até a lâmpada ser trocada. Nesse veículo, a carroceria está com gavetas emperradas, prateleiras quebradas e prego para fora.

Outro problema é o uso de um dispositivo como suporte da chave suspensa pela equipe de Média Tensão. Há situações em que o trabalhador fica debaixo da peça. Não se sabe se o concreto suporta o peso. Em algumas câmaras não é possível colocar escada e, muitas vezes, os trabalhadores são obrigados a trabalhar em cima das chaves de média

tensão, mesmo elas sendo fixadas no chão.

Em reunião da CIPA, foi entregue um parecer técnico para o uso do suporte. No entanto, de acordo com a diretora do Sindieletro e representante dos empregados na Comissão, Elisa Novy, não houve estudo da segurança de fixação deste suporte na parede. “O memorando do parecer foi entregue em mãos, mas não localizamos o documento na Intranet”.

Engenheiro não faz contato

A reportagem tentou, insistentemente, contato com o engenheiro Kildary de Melo, mas não obteve sucesso. Continuamos abertos, para que ele apresente sua versão.

Na avaliação da direção do Sindieletro, todas as denúncias devem ser apuradas o mais rápido possível, com o fim imediato da discriminação e dos procedimentos que colocam em risco a saúde e segurança dos trabalhadores.

Coletivo “De olho..” mente para os participantes

O grupo político “De Olho na Cemig Saúde” mente descaradamente no vídeo que espalhou nas redes sociais para os participantes, afirmando que a ação jurídica movida pelo Sindieleto contra o reajuste abusivo para os dependentes especiais vai provocar a saída de dois mil participantes do plano de saúde.

A ação do Sindieleto jamais questionou ou solicitou impedimento para entrada de dependentes especiais acima de 30 anos. Aliás, essa é uma pauta histórica da categoria defendida por nós. Bom deixar claro que a ação busca apenas reparar o reajuste abusivo e diferente em faixas etárias, que não poderia ser aplicado em desrespeito à decisão da ANS, além de não se cumprir

o Estatuto do Idoso. Inclusive, foi criado um novo plano de saúde para aplicarem compulsoriamente o reajuste abusivo.

Esse mesmo grupo político “De olho...” tenta descaracterizar o reajuste abusivo, afirmando que vai atingir poucas pessoas e com pouco impacto financeiro. Mas, depois, eles se entregam em contradição quando declaram que, sem o reajuste diferenciado, a Cemig Saúde ficaria com prejuízo de R\$ 16 milhões.

Reajuste abusivo vai excluir pessoas

O reajuste abusivo vai impor a saída de muitos dependentes especiais (gente do afeto e querida dos participantes) do plano de saúde, por inviabilidade de paga-

mento. A situação fica ainda pior se considerarmos que serão prejudicados, principalmente, os 1.470 participantes dependentes especiais com 59 anos ou mais. O estudo atuarial, inclusive, aponta que “uma eventual saída dos dependentes especiais com 59 anos ou mais, por iniciativa própria ou inadimplência, vai favorecer o resultado financeiro do plano de saúde”.

Assim, os conselheiros apoiados pelo grupo “De Olho na Cemig Saúde” que votaram a favor do reajuste abusivo já sabiam dos impactos negativos para os dependentes especiais, principalmente para os que são mais velhos e, pela idade, necessitam usar mais o plano de saúde.

Entidades do Coletivo “De olho...” foram à Justiça defender o reajuste abusivo

Estão tão “cegos” para a situação que eles próprios criaram, com decisões sem consultar a categoria eletricitária, que as entidades que compõem o grupo “De Olho...” foram até a Justiça contestar a ação do Sindieleto que defende os participantes. Perante o juiz, esses representantes disseram que concordam com o reajuste.

É uma postura que preocupa muito o Sindieleto. Todos os representantes deveriam estar do lado dos participantes, mas eles decidiram defender o reajuste

abusivo. E os trabalhadores e aposentados não foram ouvidos para deliberarem essa decisão. O Sindieleto foi a única entidade que consultou a categoria em assembleia para deliberar ações contra o reajuste abusivo.

Além do aumento abusivo, a criação de outro plano de saúde foi decidida em agosto de 2017, mas só foi divulgada em 28 de dezembro de 2017. Com esse tipo de atitude, o grupo “De Olho...” só facilita a vida das patrocinadoras, em vários aspectos.

Para os eletricitários as

perdas também vieram por conta de posicionamentos centralizadores das entidades que compõem o grupo “De Olho...”. Grande parte dessas entidades assinaram o Acordo Coletivo com a Cemig reduzindo o seguro de vida em até 80%, e assinaram também cláusulas de quitação das verbas trabalhistas em caso de PDVP e redução da verba do PCR de 1,2% para 0,6%, sem fazer uma única assembleia para os trabalhadores avaliarem e votarem antes de assinarem acordo com a Cemig.

Quer representação de verdade na Cemig Saúde?

Com transparência, diálogo e decisões tomadas coletivamente?

Então, de 26/07 a 16/08, vote CHAPA 3 - A VOZ DOS PARTICIPANTES, a chapa apoiada pelo Sindieleto na Eleição para DRP e Conselhos da Cemig Saúde. Acesse: www.avozdosparticipantes.com.br

PCCR chega com atraso e restringe progressões

A promessa da Cemig de implantar o novo Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) em julho não vai ser cumprida. Agora a Cemig informa que a implantação será no mês de agosto.

Mas o adiamento não gera expectativas positivas nos eletricitários, pelo contrário, a falta de transparência, de debate com os sindicatos e com os trabalhadores, mais uma vez traz a certeza de que as injustiças e apadrinhamentos vão continuar.

Para se ter uma ideia, a avaliação de desempenho não garante a progressão. Pelo contrário, progredir na carreira será ainda mais restrito.

Pelo desenho do PCCR, se um trabalhador de nível um ou dois pleitear uma vaga de nível acima, isso só poderá acontecer se o colega de nível mais elevado sair da empresa ou mudar de setor.

Dizem que fizeram uma pesquisa de salários no mercado para comparação e poucos trabalhadores da carreira técnica terão reajustes maiores que 3%. Para a grande maioria o reajuste vai ficar abaixo de 1% ou 0,5% e em muitos casos pode ser zero de aumento salarial.

Esse é o resultado de um trabalho muito caro e feito de forma unilateral pelo RH que vai gerar mais insatisfação.

VERBA

Durante a Campanha de 2017 o Sindieletro lutou e garantiu a manutenção da verba do PCR em 1,2%. Porém, outros sindicatos aceitaram reduzir a verba para 0,6%, sem consultar os trabalhadores.

Esses eletricitários só tiveram direito à verba integral depois que o Sindieletro resistiu e conseguiu manter o mesmo valor.

Defendemos a unidade dos eletricitários e condenamos a aprovação de propostas (sejam elas da Cemig, Forluz ou Cemig Saúde) sem fazer assembleias com os maiores interessados: os trabalhadores.

SINDIELETRO COBRA AGILIDADE NO ACORDO DE PLR

No dia 18 de julho, ocorreu a primeira reunião de negociação para a PLR 2019. Na ocasião, o Sindieletro cobrou agilidade para que o Acordo da Participação nos Lucros seja fechado e assinado este ano. Em 2019 serão apurados os indicadores e metas, e a distribuição está prevista para abril de 2020.

As negociações da PLR já começaram com atraso, já que o Sindieletro havia encaminhado à Cemig cobrança para que as reuniões começassem em fevereiro deste ano.

Na reunião, os representantes da Cemig apresentaram o cenário macroeconômico e seus impactos para a empresa. Já o Sindieletro cobrou os resultados de indicadores e metas de 2018, inclusive para ter base concreta dos números vi-

sando o debate da PLR 2019.

A empresa ficou de encaminhar os dados antes da segunda reunião, prevista para ocorrer até a segunda quinzena de agosto. Cobramos, ainda, definição para o percentual e forma de distribuição.

Por fim, reivindicamos que a proposta completa da PLR 2019 seja apresentada até o início de setembro, para que possamos avaliar em tempo hábil e convocar a categoria eletricitária para as assembleias.

Abono

Mais uma vez o Sindieletro cobrou o posicionamento da Cemig sobre o nosso abono. O gerente de RH/RT, Bruno Vianna, afirmou em mesa de negociação que apesar desta pauta ter sido tratada pelo Sindicato em outras

instâncias (com o diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig, Thiago de Azevedo Camargo), a informação que ele tem é de que não será pago qualquer valor a título de abono em substituição à PLR de 2017.

O debate sobre o abono se arrasta há mais de 90 dias, sem solução da Cemig e com a tentativa de imposição, por parte da gestão da empresa, de mais desgastes para a categoria.

Com a enrolação da gestão Cemig, cresce cada vez mais a insatisfação dos eletricitários que cobram o devido reconhecimento pelos esforços coletivos de todos. Mais que isso, a recomposição da nossa remuneração global e do orçamento familiar, estrangulados pela falácia da inflação baixa.



Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
Rua Mucuri, nº 271 - Bairro Floresta - Belo Horizonte/MG CEP: 30150-190

Produzido pela Secretaria de Comunicação do Sindieletro-MG - Diretores responsáveis: Arcângelo Queiroz, Jefferson Silva e Vander Meira.

Assessor de Comunicação: Vinícius Avelar - Edição: Mariângela Castro - Redação: Benedito Maia, Mariângela Castro, Maria Beatriz de Castro, Rosana Zica e Vinícius Avelar - Diagramação: Vinícius Avelar - Cartunista: Nilson - Central de Informações: Nízio Fernandes

Telefones: Sede: (31) 3238-5000 Fax: (31) 3238-5049 Regionais: Leste: (33) 3271-1200 - Mantiqueira: (32) 3333-7063 Metalúrgica: (31) 3238-5026 - Norte: (38) 3222-3600 - Oeste: (37) 3222-7611 - Triângulo: (34) 3212-5001 - Vale do Aço: (31) 3822-3003

E-mail: cinformacao@sindieletromg.org.br • Impressão: EGL Editores Gráficos - 3.800 exemplares